Anexo A: Resumo dos Simpósios Temáticos Aprovados na XXXI Semana de História da UFJF:

Índice:

Nome do Simpósio Temático:	Coordenador/es:	Pag.
Aspectos da escravidão no Brasil e nas Américas, séculos XVI ao XIX	Caio da Silva Batista	2
Políticas Públicas no Brasil Republicano	Fernando Vianini; Nittina Bianchi	4
Nas teias do poder: religião e política na Época Moderna	Juliana Torres Rodrigues Pereira; Marcus Vinícius Reis	6
A obra de arte e a história da arte: possibilidades de leitura e questões historiográficas em torno do Renascimento ao séc. XIX	Rogéria Olimpio dos Santos; Aline Viana Tomé	8
Pensar e fazer a América Latina: intelectualidade, cultura e política na segunda metade do século XX	Aline Monteiro de Carvalho Silva; Marco Antonio Serafim de Carvalho	10
Possíveis estudos da imagem na História da Arte	Renata Oliveira; Valéria Mendes Fasolato	13
História Política do Brasil Republicano (1930 a 1985)	Camila Gonçalves Silva Figueiredo; Priscila Musquim Alcântara	14
Por uma História Social da Política: Fontes e metodologia no estudo sobre o século XIX	Laiz Perrut Marendino; Renato de Ulhôa Canto Reis	16
Dimensões, Políticas, Características e Ações do Patrimônio Cultural	Marcos Olender; Yussef Daibert Salomão	18
Resistência e Repressão: Memórias Indígenas da Ditadura no Brasil	Marcos Rodrigues Barreto; Elena Guimarães	20
Elites e poderes locais no Brasil: origens, transformações e perspectivas (séculos XVI- XXI)	Fernando V. Aguiar Ribeiro; Luiz Alberto Ornellas Rezende	22
História da Educação e a ideologia, os projetos e ações educacionais da Ditadura Civil-Militar Brasileira de 1964/1985.	André Luiz Reis Mattos	24
História e Linguagens Políticas	Daniel Eveling da Silva; Vítor Fonseca Figueiredo	25
Monoteísmo e Contemporaneidade: Diálogos entre Judaísmo, Islamismo e Cristianismo	Edylane Eiterer; Roberto Dutra Nogueira	27
Intelectuais, Culturas políticas autoritárias e a escrita da História	Felipe Araujo Xavier; Pedro Ivo Tanagino	29

Simpósio Temático: Aspectos da escravidão no Brasil e nas Américas, séculos XVI ao XIX.

Coordenador: Caio da Silva Batista

Resumo:

O presente simpósio busca reunir estudos sobre o escravismo negro, urbano e rural, desenvolvido ao longo dos séculos XVI ao XIX no Brasil e nas demais regiões da América. Dentro desta perspectiva, busca-se reunir estudos sobre a evolução da população cativa, as relações familiares, de solidariedade e conflito desenvolvido pelos escravos com seus companheiros de cativeiro e com os demais membros da sociedade, os diversos caminhos para alcançar a liberdade, a utilização da mão de obra escrava nas cidades e nas fazendas, dentre outras questões pertinentes ao escravismo negro.

Além deste aspecto, este simpósio busca produzir um debate sobre fontes, métodos e historiografia sobre a escravidão que possibilite refletir sobre algumas peculiaridades deste complexo sistema em distintos recortes cronológicos e geográficos.

Nesse sentido, este simpósio possibilitará discussões que se refletirão no ofício do historiador, possibilitando aos participantes do evento pensar no ensino e na pesquisa sobre a escravidão, que apesar de apresentar as "mesmas" características, possuiu suas peculiaridades, o que indica a diversificação de experiências de cativeiro.

Ao promover a discussão e a reflexão sobre a escravidão negra no Brasil e nas Américas entre os séculos XVI ao XIX este simpósio busca congregar pesquisadores que pensem sobre os múltiplos aspectos do escravismo brasileiro e americano. Dentro desta perspectiva, este simpósio busca introduzir e discutir algumas questões que permitem o avanço das pesquisas sobre a escravidão urbana e rural entre os séculos XVI e XIX.

Objetivos:

Os objetivos deste simpósio são:

- -Reunir pesquisas sobre os múltiplos aspectos da escravidão no Brasil e nas Américas.
- -Promover o debate historiográfico sobre o escravismo.
- -Desenvolver a reflexão sobre a diversidade da escravidão urbana e rural.
- -Pensar no escravo enquanto agente histórico ativo dentro do seu contexto social.
- -Demonstrar as particularidades da escravidão nas diversas regiões americanas entre os séculos XVI e XIX.
- -Auxiliar no prosseguimento e na formulação de pesquisas sobre a escravidão.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de, FARIAS, Juliana Barreto, GOMES, Flávio dos Santos, SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Alameda, 2006.

AVEVEDO, Célia Maria de. Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion. A Afro - América: a escravidão no Novo Mundo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

CHALHOUB, Sideney. Visões da liberdade: uma História da escravidão nas últimas décadas da corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

DOMINGUES, Beatriz Helena. Tão longe, tão perto: a Ibero-América e a Europa ilustrada. Rio de Janeiro: Museu da República. 2007.

FRAGOSO; João, GOUVÊA, Maria de Fátima & BICALHO, Maria Fernanda Baptista (Coords.). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, século XVI – XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1961.

GUITIÉRREZ, Horacio. A escravidão na América Latina e no Caribe. São Paulo: Ed. Cela.1990.

GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Orgs). O Brasil imperial- 1870 – 1889. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira. Vol III. 2009.

HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). Poder e instituição na Europa do Antigo Regime. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1984.

KARASCH, Mary. A vida dos escravos no Rio de Janeiro -1808 – 1850. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silva Hunold & MENDONÇA, Joseli Maria (Orgs.). Diretos e justiça no Brasil: ensaios de História Social. Campinas: Ed. UNICAMP, 2006.

LARA, Silvia Hunold. Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro – 1750 a 1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MACHADO, Maria Helena. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da escravidão. São Paulo. Revista brasileira de História. nº 16. v. 16. p. 143 – 160. mar./ago. 1988.

PAIVA, França Eduardo & IVO, Isnara Pereira (Orgs). Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas. São Paulo: Annablume, 2008.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência escrava no Brasil. São Paulo: Cia das Letras. 1989.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Escravos e libertos no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2005.

SCHWARTZ, Stuart. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THORNTON, John. A África e os africanos na formação do mundo Atlântico – 1400 - 1800. São Paulo: Ed. Campus. 2004.

WADE, Richard. Slavery in the cities: the south 1820 – 1860. Londres: Oxford University Press. 1977.

Simpósio Temático: Políticas Públicas no Brasil Republicano

Coordenadores: Fernando Vianini; Nittina Bianchi

Resumo:

A interdisciplinaridade é um recurso cada vez maisutilizado no meio acadêmico. O dialogo entre a Sociologia, Ciências políticas e História garantem um arsenal mais amplo de recursos para a pesquisa e para o entendimento nas conjunturas passadas e presentes.

Neste Simpósio Temático propomos reunir trabalhos que dialoguem com a temática republicana, no que diz respeito às políticas públicas. Fará parte de nossas discussões temáticas de políticas públicas e seus desdobramentos em saúde, educação, desenvolvimento industrial a partir da Primeira República até ao Governo Dilma.

Assim, os coordenadores do ST se dispõem a aceitar propostas de trabalho em larga dimensão cronológica e espacial, interessando-se em quaisquer tratamentos dos fenômenos do Brasil República e Políticas Públicas.

Objetivos:

- Abrir espaço para o dialogo entre as áreas das ciências sociais para o debate sobre políticas públicas no Brasil republicano. Priorizando temas como: Brasil República, Brasil República e Políticas Públicas, Brasil República e Saúde, Brasil República e Educação, Brasil República e Desenvolvimento Industrial.
 - 2) Promover a oportunidade de discussão de estudos de caso e/ou novos enquadramentos teóricos propostos por alunos de graduação e pós-graduação cujas pesquisas, concluídas ou que estejam em andamento, procurem examinar o fenômeno no Brasil República e Políticas Publicas.

Bibliografia:

BELIEIRO JÚNIOR, José Carlos Martines. Política e desenvolvimento no Brasil contemporâneo: a experiência do setor automotivo nos anos 90.

BARROS, Maria Elizabeth; PIOLA, Sergio Francisco; VIANNA, Sólon Magalhães. Política de Saúde no Brasil: Diagnósticos e Perspectivas. IPEA, Brasília, 1996.

Brasil. Lei 9.961/00, de 5 de Janeiro de 2000.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, Brasília1988.

Brasil. Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990.

Brasil. Lei Federal nº 8142 de 28 de dezembro de 1990.

CAPELLA, Ana Claudia N. "Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de Políticas" Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto (org) Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

CIEFAS. A História da Autogestão em Saúde no Brasil. São Paulo: CIEFAS – Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Assistência à Saúde, 2000.

CONDE, Eduardo Salomão. Laços na Diversidade - A Europa Social e o Welfare em Movimento(1992-2002). Juiz de Fora. Editora da UFJF.2008.

- CONTANDRIOPOULOS, A.P, Apud. Susete Barbosa, FRANÇA. "A Presença no Estado no setor da Saúde no Brasil". Revista do Serviço Público/Fundação Escola Nacional de Administração Pública Ano 49, n.3 (Jul-Set/1998). Brasília: ENAP.
- DELGADO, Ignacio, BOTARO, Nittina. "Conselho Nacional de Saúde: uma das faces da política de saúde no Brasil" Revista eletrônica Principia Caminhos da Iniciação Científica. UFJF, jan 2009. Disponívelem www.ufjf.br/principia.
- "Social Welfare, Health and Pharmaceutical Industry: preliminary notes for a comparative analysis between England, Brazil and Argentina". In: Working Paper Series. N° 12-130. London: Department of International Development/London School of Economics, 2012.
- ______. Previdência Social e Mercado no Brasil a presença empresarial na trajetória da política social brasileira. São Paulo: LTr, 2001.
- . Política Industrial e Relação Estado Empresariado. Nota Técnica solicitada pelo CEDEPLAR-UFMG, para o projeto Análise dos blocos setoriais do Plano BrasilMaior, apoiado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Novembro de 2012.
- ______. Estratégias e Trajetórias: anotações sobre política industrial em perspectiva comparada. Caxambu: 31° Encontro Anual da ANPOCS, 2007. P. 13.
- LEOPOLDI, M. A. & IGLECIAS, W. (org). (2010) Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil: novas teorias, novas trajetórias. São Paulo: Editora de Cultura. Pp.115-141, 2010.
- DELGADO, I. J. G., ESTHER, A. B., SALLES, H. M., CONDÉ, E. S. A Política Industrial Brasileira Para Setores Selecionados e a Experiência Internacional. Volume 4. In: Estudo comparativo de política industrial: as trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coreia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha. ABDI-FUNDEP/UFMG.
- ESPING ANDERSEN. G. "As três Economias Políticas do WelfareState". Revista Lua Nova, n24, setembro de 1991
- EVANS, Peter. O estado como problema e solução. In: Lua Nova nº 28-29. São Paulo, 1993.
- FLEURY, Sonia." A questão democrática na Saúde". In: Saúde e democracia: a luta do CEBES. (S. Fleury, Org.), São Paulo: Lemos editorial. 1997.
- Gama, Anete Maria; Reis, Carlos Otávio Ocke; Santos, Isabela Soares; Bahia, Ligia. "O espaço da regulamentação dos planos e seguros de saúde no Brasil: notas sobre a ação de instituições governamentais e da sociedade civil". Saúde debate; 26(60):71-81, jan.-abr. 2002.
- GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura de Vasconcelhos; NORONHA, José Carvalho de ; CARVALHO, Antonio Ivo de (org). Política e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro:Editora Fiocruz:2008
- GOUCHIAN. The Political Economy of the Welfare State. Macmillan Press Ltd: London. 1979.
- HIRSCHMAN, Albert O. Exit, voice and loyalty: responses to decline in firms, organizations and states. Cambridge: Harvard 1970.

IMMERGUT, E. "As regras do jogo: A lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia." Revista Brasileira de Ciências Sociais, (30):139-165 1996.

INAMPS, 1991. Resolução INAMPS no 258, 7/11/91. Norma Operacional Básica 01/91. Brasília, DF.

KINGDOM, J. Agendas, alternatives, and Public Policies.3 ed., New York: Harper Colins, 2003.

LIMA, N. T., GERSCHMAN, S. EDLER, F. e SUAREZ, J. M (org) Saúde e Democracia no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2005.

LOWI, Theodore J. American Business, Public Policy, Case-Studies and Political Theory. World Politics, vol. XVI, 1964

PIERSON, Paul. Politics in Time: history, institutions, and social analysis. Princeton. Princeton University Press, 2004.

Simpósio Temático: Nas teias do poder: religião e política na Época Moderna

Coordenadores: Juliana Torres Rodrigues Pereira; Marcus Vinícius Reis

Resumo:

A religião católica constitui-se, segundo Federico Palomo, como elemento estruturante das sociedades ibéricas durante o Antigo Regime. Os instrumentos utilizados para a homogeneização confessional e o enquadramento dos costumes e vivências religiosas dentro da ortodoxia cristã eram, de acordo com o autor, recursos de caráter simultaneamente coercitivo e pedagógico aplicados visando uma cristandade homogênea, ou seja, inserida em um projeto de disciplinamento. Enfim, uma ação disciplinadora, similar em muitos pontos ao "processo civilizador" de homogeneização social proposto por Norbert Elias, como a ideia de regulação dos instintos, emoções e atitudes frente ao controle e à constante observação por parte de terceiros - asseguradas, é claro, as distâncias entre estes dois autores, visto que para o primeiro, a religião é ponto estruturante da sociedade, enquanto para o segundo parece ter tido pouquíssima relevância. Esse Simpósio Temático abarcará, portanto, trabalhos que abordem de alguma forma o projeto de homogeneização da fé e disciplinamento dos comportamentos e consciências que a Igreja Católica ao longo da modernidade, e através de diferentes frentes, procurou impor à cristandade utilizando-se tanto de uma política de repressão às divergências de caráter dogmático quanto da adoção de estratégias de convencimento e aproximação aos fiéis. Trabalhos em torno dos inúmeros espaços de autonomia que se desenvolveram frente a esses mecanismos serão, por sua vez, também aceitos a fim de complementar o debate em torno das relações entre a norma pretendida e a constante presença de desvios morais e religiosos entre a população comum, tanto em territórios europeus quanto no universo colonial.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Fortunato de. História da Igreja em Portugal. Porto: Portucalense, 1967-1971, v.2.

BELLINI, Lígia. A coisa obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

BETHENCOURT, Francisco. História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália - séculos X V-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERTEAU, Michel de. The mystic fable. The sixteenth and seventeenth centuries. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente (1300-1800). Uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. A confissão e o perdão: as dificuldades da confissão nos séculos XIII a XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. O Pecado e o Medo: a culpabilização no Ocidente. Bauru: EDUSC, 2003.

DIAS, José Sebastião da Silva. Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII). Coimbra: Instituto de Estudos Filosóficos da Universidade de Coimbra, 1960, 2 v.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, 2v.

_____. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

FEITLER, Bruno. Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil. São Paulo: Phoebus; Alameda, 2007.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

. O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HERCULANO, Alexandre. História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal. [s/l]: Europa-América, 3 v..

KAMEN. Henry. The Spanish Inquisition: a historical revision. New Haven: Yale University Press, 1998.

MENDONÇA, José Lourenço; MOREIRA, Joaquim Antônio. História dos principais actos e procedimentos da Inquisição em Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional, 1980.

MILLÁN, José Martínez. La Inquisición española. Madri: Alianza, 2007.

PAIVA, José Pedro. Os Bispos de Portugal e do Império. 1495-1777. Coimbra: Imprensa da Universidado
de Coimbra, 2006.
Baluartes da fé e da disciplina: o enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750) Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
PALOMO, Federico. Fazer dos campos escolas excelentes: os jesuítas de Évora e as missões do interior en Portugal (1551-1630). [s/l]: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.
A Contra-Reforma em Portugal (1540-1700). Viseu: Livros Horizonte, 2006.
PROSPERI, Adriano. Il Concilio di Trento: una introduzione storica. Turim: Einaudi, 2001.
Tribunali della coscienza. Inquisitori, confessori, missionari. Turim: Einaudi, 2009.
SOUZA, Laura de Mello e. O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasi colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.
VAINFAS, Ronaldo. Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

Simpósio Temático: A obra de arte e a história da arte: possibilidades de leitura e questões historiográficas em torno do Renascimento ao séc. XIX.

Coordenadores: Rogéria Olimpio dos Santos; Aline Viana Tomé.

Resumo:

O historiador da arte Ernst Gombrich comenta em seu livro A História da Arte que este ramo do conhecimento histórico trata da história da construção, da feitura de quadros e da realização de estátuas. O conhecimento dessa história nos ajuda a compreender por que os artistas trabalham de uma determinada maneira ou buscam a obtenção de certos efeitos. A história da arte é não somente uma história de progresso na proficiência técnica, mas também uma história de ideias, concepções e necessidades em permanente evolução.

Este o aspecto que nos interessa. Entendemos, com Carlo Ginzburg, a obra de arte como o veículo de uma mensagem particular, a qual pode ser entendida pelo espectador na medida em que este conhece as alternativas possíveis, o contexto linguístico em que se situa a mensagem. Argan e Fagiolo comentam que existem problemas tipicamente artísticos, para os quais cada obra de arte é a solução encontrada ou proposta.

Como componente constitutivo do sistema cultural, existe uma relação clara entre os problemas artísticos e a problemática geral de cada época.

Este o nosso principal objetivo: buscar as possibilidades de reflexão sobre a produção artística de uma época enquanto fonte histórica, passível de trazer informações sobre a cultura, sobre o artista, sobre a sociedade que reflete. A arte não é produzida num espaço vazio e nenhum artista é independente dos seus predecessores e dos modelos sobre os quais se assentou o seu aprendizado.

O artista é parte de uma tradição específica e trabalha numa área estruturada de problemas. O historiador da arte trabalha com as mudanças ocorridas, com as diferenças de estilo entre uma escola e outra, refinando os métodos de descrição a fim de agrupar, organizar e identificar as obras de arte do passado que chegaram até nós. Através desta prática consegue perceber parte do processo que leva à representação visual que caracteriza uma determinada época.

Essa produção artística reflete o ambiente de vida do artista, o espaço pelo qual ele circula, as relações que estabeleceu, as influências que recebeu. Por isso a obra de arte se configura em importante registro do pensamento de uma época. Por isso a história da arte consegue dar uma visão tão ampla da cultura de um período, na medida em que lê os recursos culturais colocados à disposição do artista na configuração criada por ele, refletida na obra de arte.

Optamos para esse simpósio temático por uma delimitação temporal ampla, do Renascimento ao século XIX, por entendermos que neste período as leituras da tradição clássica ocorreram das mais variadas formas, assumindo feições que vão da negação dos preceitos clássicos à confirmação desses valores, sendo as Academias de arte, de certa forma mantenedoras desses elementos.

Objetivos:

No presente simpósio temático buscaremos refletir sobre o papel exercido pela obra de arte enquanto fonte histórica. Concebemos que, muito além de propiciarem um entendimento de si mesmas tais obras nos possibilitam uma leitura ampla da sociedade e do meio cultural em que foram produzidas.

Buscamos os trabalhos acadêmicos e os debates historiográficos na convergência da história, da arte e das representações da imagem, onde possam ser percebidos os quadros da produção, circulação, recepção e memória iconográfica e iconológica no recorte temporal que se inicia no século XV e perdura até o XIX.

Referências bibliográficas:

ARGAN, Giulio Carlo. "Preâmbulo ao estudo da história da arte". In: ARGAN, Giulio Carlo e Fagiolo, Maurizio. Guia de História da Arte. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

GINZBURG, Carlo. De A. Warburg a E. H. Gombrich: Notas sobre um problema de método. In: Mitos, emblemas e sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GOMBRICH, E. H. A história da arte. São Paulo: LTC, 1999.

_____. Arte e ilusão: Um estudo da psicologia da representação pictórica. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2007.

GUÉRIN, Michel. O que é uma obra? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

PANOFSKY, E. Significado nas Artes Visuais. São Paulo: Perspectiva, 1976.

WOLFFLIN, H. Conceitos Fundamentais da História da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Simpósio Temático: Pensar e fazer a América Latina: intelectualidade, cultura e política na segunda metade do século XX.

Coordenadores: Aline Monteiro de Carvalho Silva; Marco Antonio Serafim de Carvalho

Resumo:

Para refletir sobre os intelectuais pensamos através das conexões entre história, política e cultura. A cultura é pensada como uma convergência de métodos e interesses diversos, havendo uma relação entre as atividades culturais e as atividades sociais. Portanto, no meio de "uma cultura específica, quanto a estilos de arte e tipos de trabalho intelectual, é considerada produto direto ou indireto de uma ordem primordialmente constituída por outras atividades sociais". A estrutura de uma sociedade tem seu reflexo, ou, para além, há uma mediação percebida nas obras culturais. Assim, "os modos de ser e aquelas obras dinâmicas e concretas em cujo interior não há apenas continuidades e determinações constantes, mas também tensões, conflitos, resoluções e irresoluções, inovações e mudanças reais", estabelecendo uma relação estreita entre cultura e política.

O intelectual estava inserido na política nacional e consideravam-se responsáveis pela construção da nação. Nação e povo eram ideias indissociáveis e o povo era quem garantia a unidade nacional. Os intelectuais acreditavam em seu papel de interprete das massas populares, auxiliando-as a tomar consciência de sua vocação revolucionária. Esses intelectuais eram, em geral, ideólogos de um projeto que primava pelo desenvolvimento econômico, pela emancipação das classes populares e pela independência nacional. Consideravam-se conscientizadores da população e a ideia da proximidade da revolução, tanto social, política, socialista, era latente.

No Brasil, muitos destes intelectuais giravam em torno do Partido Comunista Brasileiro. Para o cientista político Daniel Pécaut este fato ocorria por quatro motivos: primeiro porque o Partido tomou uma postura de portador da tradição estatal brasileira; segundo pela sua tomada de responsabilidade acerca do acesso à modernidade, endossando uma lógica modernizadora e acreditando que a consciência esclarecida levaria o país a essa nova fase moderna; terceiro, pela maneira com que o PCB percebia as massas populares

² Ibdem. p. 29.

¹ WILLIANS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 11-12.

como componentes da nação; e quarto, pela ideia de uma via pacífica para a revolução, assim como a questão das etapas revolucionárias³.

Ao redor do PCB e de sua noção de nacionalismo, acabou formando-se uma cultua política bastante fértil, que acabou se afirmando, principalmente, a partir de 1960, sobrevivendo ao golpe dos militares, exercendo até uma maior influência entre 1964 e 1968, antes do AI-5. Assim, a produção de esquerda passou a constituir um mercado e ganhou um público consumidor interessado em suas obras. Esses consumidores vinham tanto da esquerda quanto por parte de pessoas que não eram ligadas a ela ou a qualquer grupo político, mas que discordavam dos rumos que o país estava tomando.

O impacto da Revolução Cubana (1959) é verificado de maneira muito particular entre a intelectualidade latino-americana, haja visto os exemplos de Julio Cortázar, Mario Vargas Llosa e Gabriel García Márquez: suas posições políticas foram exercidas mesmo à distância, já que estavam radicados na Europa. A Revolução em Cuba, além de contar com a adesão de muitos intelectuais latino-americanos, como o trio citado, mas também cria divergências em relação à forma como esse apoio seria manifestado, a partir do chamado "caso Padilla", que toca em um ponto crucial para uma intelectualidade que se expressa basicamente através de seus escritos: a liberdade de expressão.

A partir de então, instala-se uma questão central para a figura do intelectual latino-americano: o papel do intelectual diante dos caminhos da política, as nuances estabelecidas a partir de uma diversidade de adesões a processos revolucionários ou mesmo a desilusão com eles, respectivamente casos do envolvimento de Julio Cortázar com a Revolução Nicaraguense e o alinhamento de Vargas Llosa com o pensamento neoliberal. Nas últimas décadas do século XX, os intelectuais sofreram mudanças em relação ao seu perfil e suas posições. As mudanças ocorridas em fins do século passado, como a redemocratização e a consolidação da democracia no Brasil e, no âmbito internacional, o colapso dos regimes comunistas na Europa, o retrocesso do marxismo, fizeram com que os intelectuais começassem a modificar a sua imagem, pensando em seus lugares de atuação dentro daquela sociedade que passava por transformações. Em diversos países, foi perceptível a existência de uma crise de caráter político, ideológico e identitária entre os intelectuais. Assim, nos anos de 1980 e 1990, os intelectuais foram perdendo os espaços anteriormente adquiridos e precisaram contornar – ou tentar – a crise que havia se constituído.

Tentar entender como essa intelectualidade enxerga a si mesma e também o contexto a que pertencem representa assunto de grande interesse para este simpósio.

Bibliografia:

ALMEIDA, Jaime de (Org.). Caminhos da História da América no Brasil: tendências e contornos de um campo historiográfico. Brasília: ANPHLAC, 1998.

COSTA, Adriane Aparecida Vidal. Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005). São Paulo: Alameda, 2013.

³ PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990. p. 144-150.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e sociedade no Brasil: Ensaios sobre ideias e formas. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). O Brasil Republicano: O tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GILMAN, Claudia. Entre la pluma y el fusil – debates y dilemas del escritor revolucionário em América Latina. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003.

MOTTA, Luiz Eduardo Pereira. A época de ouro dos intelectuais vermelhos (Uma análise comparativa das Revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira – 1962-1968). Rio de Janeiro: UFRJ. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1994.

NAPOLITANO, Marcos. "Engenheiros das almas ou vendedores de utopia? A inserção do artista-intelectual engajado no Brasil dos anos 70". In: 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

ORTIZ, Renato. A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PÉCAULT, Daniel. Os Intelectuais e a Política no Brasil. São Paulo: Ática, 1990. PRADO, Maria Emília (Org.). Intelectuais e Ação Política. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. In: Revista Tempo Social, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 81-110, 2005.

______. Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. "Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil". In. MORAES, João Quartim de (org.). História do Marxismo no Brasil. Volume III. Teorias. Interpretações. Campinas: Editora da Unicamp. 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). História da Vida Privada no Brasil. Contrastes da intimidade contemporânea, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

SIRINELLI, Jean-François. "Os Intelectuais do Final do Século XX: Abordagens Históricas e Configurações Historiográficas". In: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. Cultura Política, Memória e Historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

WILLIANS, Raymond. Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Simpósio Temático: Possíveis estudos da imagem na História da Arte

Coordenadores: Renata Oliveira Caetano; Valéria Mendes Fasolato.

Resumo:

O presente simpósio visa debater e refletir sobre os diálogos que podem ser construídos entre arte e história com o uso de imagens em diferentes épocas. Trata-se de um desdobramento da linha de pesquisa "História da Arte e seu Ensino" que visa pensar de forma mais ampla o uso de imagens de forma dialógica na História da Arte. Tal recorte, se insere no Grupo de Pesquisa "Dimensões contemporâneas de arte na Educação Básica", em atividade no CAp. João XXIII da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Desde a Antiguidade até a contemporaneidade, faz-se importante ressaltar que a imagem deve ser compreendida como um exercício do pensamento, pois abre espaço para distintas associações e possíveis desdobramentos. Observamos ampliações das imagens em seu campo de relações quando postas ao lado de outras, instigando de forma decisiva a pesquisa. Consequentemente, agregam informações que acabam construindo uma complexa rede de conhecimentos, ultrapassando assim, os limites do tempo-espaço e permitindo diferentes embates dialógicos e sentidos interpretativos. Busca-se, portanto, conhecer trabalhos que estão sendo realizados nesse sentido, colocando em debate os critérios teóricos e metodológicos utilizados por pesquisadores ao lidarem com seus estudos em relação às fontes visuais. Tal postura possibilita que distintas obras sejam espaços onde as relações operam no sentido de articular conhecimentos para além do raciocínio cronológico, vislumbrando, assim, novos sentidos e significados.

Objetivos:

- Abrir espaço para o debate de pesquisas que tenham a imagem como objeto de investigação;
- Possibilitar a ampliação do diálogo acadêmico motivado pela pesquisa no âmbito da História da Arte;
- Alargar a compreensão da imagem como um objeto de pesquisa dinâmico e complexo em possibilidades relacionais.

Referências bibliográficas:

COLI, Jorge. **Como estudar a arte brasileira do século XIX?** São Paulo: SENAC, 2005. (este livro é um bom exemplo de consideração da imagem como objeto de investigação, acho importante, apesar de ser bem datado.)

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HERNÁNDEZ, Fernando. Elementos para una génesis de un campo de estudio de las prácticas culturales de la mirada y la representación. Visualidades: Revista do Programa de Mestrado em Cultura Visual. Faculdade de Artes Visuais / UFG. Vol. 4, n.1 e 2: Jan-Dez/2006.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. ArtCultura, Uberlândia, v.8, n. 12, p.97-115, jan-jun. 2006.

. Aproximações disciplinares: história, arte e imagem. Anos 90, Porto Alegre, v.115, n. 28, p. 151-168, dez. 2008.

Simpósio Temático: História Política do Brasil Republicano (1930 a 1985)

Coordenadores: Camila Gonçalves Silva Figueiredo; Priscila Musquim Alcântara.

Resumo e objetivo:

Não é possível tratar de História Política sem fazer menção à contribuição dos Annales para a renovação da escrita da história. É, sobretudo, a partir da década de 1960, através da Terceira Geração dos Annales que a História Política regressa de modo revigorado nos labores investigativos históricos por meio de interpretação das relações de poder, dos valores e práticas culturais a ele associados. Até então, os estudos atinentes a História Política detinham como proposta uma história factual e elitista características assimétricas à concepção do Positivismo. Em meio ao movimento de renovação, os estudos passaram a valorizar os espaços de exercício do poder, os lócus onde se estabelecem as relações sociais e os campos que influenciam a sociedade, tais como as instituições, os partidos políticos, as eleições, as mídias, as religiões os movimentos sociais, o imaginário e as representações.

Em consonância, de igual modo, podemos verificar o interesse de vários historiadores em compreender a política a partir do estudo das relações de poder na sociedade considerando diversos atores, nomeadamente, as camadas subalternas que durante décadas não faziam parte do enfoque dos pesquisadores.

Farta parcela dos estudos envoltos no campo da História Política requer a compreensão do conceito de poder. Nesse ínterim é relevante a contribuição de Michael Foucalt acerca deste conceito, no que diz respeito à percepção do poder como parte integrante das relações dos indivíduos. Segundo Foucalt o poder é um mecanismo particular intrínseco as relações entre os sujeitos. Alguns indivíduos exercem maior projeção sobre a conduta de outros e, essa projeção tende a determinar suas ações e posicionamentos frente a um dado contexto social. Em conformidade, René Remond argumenta que os estudos no campo político se relacionam ao conceito de poder, haja vista a abordagem da concepção de conquista, práticas, movimentos e o interesse de determinados sujeitos em alcançarem projeção. Não obstante, não se trata do mero poder individual, mas de um poder exercido em meio a uma totalidade de indivíduos, em um dado contexto social. Daí o apreço nos estudos dos mecanismos que envolvem o exercício do poder na política, no estado e nas instituições.

Este aperfeiçoamento da escrita da história resultou na valorização de uma gama variada de fontes, dentre os quais o uso de cartas, arquivos privados, jornais, revistas, depoimentos orais, e, não somente o emprego de documentos oficiais. Ademais, esta renovação também é resultante do intercâmbio com outras disciplinas, através da apropriação de conceitos e métodos de áreas como, por exemplo, a Antropologia e a Sociologia. Esta interação denotou aos estudos da História Política uma ruptura com o isolamento acadêmico e a constituição de pesquisas multidisciplinares.

Posta dessa forma, este Simpósio pretende oportunizar o diálogo e a troca de experiências entre pesquisadores que desenvolvem análises enviesadas no campo da História Política Renovada, em especial, àqueles que se dedicam a investigação da História do Brasil, no recorte temporal relativo a 1930 a 1985.

Justificamos esta proposta por estar articulada ao tema central deste evento, no tocante a abordagem História Contemporânea do Brasil Republicano.

A escolha do recorte temporal alvitra a abordagem das pesquisas de doutorado desenvolvidas pelas coordenadoras deste Simpósio, alicerçadas nos estudos de trajetórias políticas e empresariais, no contexto de 1930 a 1964. Assim, a proposta engloba diferentes momentos políticos que se iniciam com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930 e perpassam um período constitucional de seu primeiro governo, marcado por uma expressiva mobilização política, em especial, nos centros urbanos do país, em torno de dois grupos antagônicos: a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora. Este simpósio também abre espaço para as discussões que envolvam o período do Estado Novo brasileiro, de 1937 a 1945, levando em conta as articulações de grupos políticos aos quais não restou alternativa que não a atuação na clandestinidade. Ainda neste período, é possível analisar os reflexos da Segunda Guerra Mundial para o Brasil, além de temas como relação entre trabalhadores e o governo, representada pelo trabalhismo, a atuação do empresariado brasileiro em torno da criação de organismos privados criados com o objetivo de atuar na promoção de bem-estar social, como o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI) e o processo de redemocratização do país, em 1945, marcado pelo queremismo e pela primeira participação oficial do PCB, que concorreu com Yêddo Fiúza à presidência da República.

Contempla ainda a experiência democrática vivida a partir de 1945, abrindo espaço para as discussões acerca dos atores sociais que se engajaram em lutas pela ampliação de seus direitos de cidadania no período, bem como para as análises a respeito dos grupos políticos e sociais contrariados com os movimentos reivindicatórios. Pesquisas a respeito de aspectos dos governos Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart também são bem vindas às discussões propostas por este simpósio.

A proposta deste simpósio também visa contemplar trabalhos cuja abordagem investigativa envolve os estudos sobre o Partido Comunista Brasileiro e sua articulação junto ao movimento operário, nos anos de 1950 a 1970. Enquanto lócus de mediação da política, o partido utiliza de mecanismos de expressão e comunicação na busca de apoio e alianças, com o objetivo de alcançar o poder. Ao mesmo tempo, privilegiaremos pesquisas com enfoque no golpe de 1964 e a Ditadura Militar Brasileira, principalmente, as ingerências dos movimentos sociais encabeçados por distintos segmentos, tais como a classe trabalhadora, os estudantes e a imprensa. Compreender os movimentos sociais permite ainda a divulgação e aperfeiçoamento de pesquisas que tratam das distintas formas de contestação e resistência de vários segmentos sociais neste contexto. Destarte, abarcaremos pesquisas cujo cerne temático está envolto pela repressão e coação, características próprias de regimes que exerceram o poder de forma autoritária, como a experiência ditatorial no Brasil.

Referências bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira de. Estado e oposição no Brasil: 1964-1984. São Paulo: Edusc, 2005. p.45. ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A Utopia Fragmentada: As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2000, 200p.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In. REMOND, René. (org) Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.37-56.

FOUCAULT, Michel. Omnes et Singulatim: uma crítica da razão política [1981]. In:______. Estratégia, poder-saber (Ditos e escritos IV). Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta.Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

REMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.447.

Simpósio Temático: Por uma História Social da Política: Fontes e metodologia no estudo sobre o século XIX.

Coordenadores: Laiz Perrut Marendino; Renato de Ulhôa Canto Reis

Resumo:

A historiografia mais recente, particularmente a história política renovada, tem procurado enfatizar as dimensões sociais e culturais do poder, através dos estudos sobre as relações sociais, as práticas cotidianas, os espaços de sociabilidade como formadores de uma cultura política, as linguagens e/ou os conceitos políticos e sobre as diversas formas de legitimação política. Estas novas formas de tratar o objeto de estudo permite observar os processos mais gerais, como a formação do Estado e da nação, a partir de outra perspectiva, atenta, principalmente, à atuação dos atores históricos e suas relações cotidianas. Dessa forma, pretende-se com este simpósio abrir um espaço de discussão sobre a história social da política, procurando enfatizar seus aspectos metodológicos e as diversas possibilidades de tratamento das fontes no estudo sobre o século XIX brasileiro.

Objetivo:

O principal objetivo deste Simpósio é incentivar a pesquisa e o diálogo interdisciplinar na produção do conhecimento na área de história, em particular para o século XIX brasileiro, tematizando a política sob um enfoque que priorize o seu enraizamento nas práticas sociais e o seu significado para os vários atores que ela envolve. Busca-se compreender a experiência política dos cidadãos na vida pública, em seus diferentes aspectos, através dos seguintes eixos temáticos:

1. A reconstituição das trajetórias intelectuais, da maneira como são reapropriadas segundo as especificidades do momento; 2. a construção das identidades políticas e de suas linguagens próprias na medida em que se definem historicamente, inseridas no quadro indeterminado de alternativas políticas, que se constroem no embate de diferentes atores sociais; 3. a politização do cotidiano, através dos múltiplos espaços de sociabilidade para a formação e divulgação de uma cultura política; 4. a institucionalização da política em espaços específicos (como partidos ou instâncias de representação diversas), como resultado de um processo do qual não se perca a multiplicidade e os conflitos envolvidos.

Referências bibliográficas:

ALONSO, Ângela. Ideias em Movimento: a Geração 1870 na Crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARMAN, Roderick J. Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852. Stanford: Stanford University Press, 1988.

BARTH, Fredrik. O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BERSTEIN, Serge, L'historien et la cultura politique, Vingtième Siècle - Revue d'Histoire, n° 35, juil-sep. 1992

BERSTEIN, Serge. "A cultura política". In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org). Para uma História Cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

BOBBIO, N. (org). Dicionário de política. 3.ed. Brasília: Ed UnB/Linha Gráfica Editora, 1991. 2 v.

BOUTIER, Jean & JULIA, D. (orgs) Passados Recompostos: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 1998.

CANO, Jefferson. O Fardo dos Homens de Letras: o "orbe literário" e a construção do império brasileiro. Tese de doutorado história social. Campinas: Unicamp, 2001.

CARVALHO, José Murilo. A construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ-Relume Dumará, 1996.

CARVALHO, José Murilo. "Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual". Dados, vol. 40, no. 2, Rio de Janeiro, 1997.

CEFAI, Daniel. Expérience, culture et politique. In: _____ (dir). Cultures politiques. Paris: PUF, 2001.

CHALHOUB, S. Machado de Assis – historiador. SP: Companhia das Letras, 2003.

DANTAS, Mônica Duarte. Partidos, liberalismo e poder pessoal: a política no Império do Brasil. Um comentário ao artigo de Jeffrey Needell, Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência a Conciliação, 1831-1857. In: Almanack Brasiliense. São Paulo, n°10, p.40-47, nov. 2009.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva Dias, "Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881", in: Historiografía brasileira em perspectiva. São Paulo: Editora Contexto / Bragança, Universidade São Francisco, 1998.

Dossiê Dimensões da Política na História: Estado, Nação, Império. LOCUS, Revista de história, Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em História/Dep. De História, 2007, v. 13, n. 01.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova "velha história": o retorno da história política. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n . 10, 1992, p. 265-271

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 3a. ed., São Paulo: Kairós, 1983.

GRAHAM, Richard, Clientelismo e política no Brasil do século XIX, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1997.

GRINBERG, Keila, Liberata: a lei da ambigüidade. As ações de liberdade na Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

JANCSÓ, István. "A construção dos Estados nacionais na América latina - apontamentos para o estudo do Império como projeto" in Szmrecsányi, T. e Lapa, J.R do A. (org) - História econômica da Independência e do Império, São Paulo, Hucitec/FAPESP, 1996 (Coletânea de textos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica), p.3-26.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A Velha arte de governar. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema. São Paulo: Hucitec, 1990.

MOREL, Marco. As Transformações dos Espaços Públicos: Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840) SP: HUCITEC, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta: A experiência brasileira – Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000.

NEEDELL, Jeffrey D. Formação dos Partidos Brasileiros: questões de ideologia, rótulos partidários, lideranças e prática política, 1831-1888. In: Almanack Brasiliense. São Paulo, n°10, p.54-63, nov. 2009.

OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: Edusf – Ícone, 1999.

PIMENTA, João Paulo Garrido. Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano. Almanack Braziliense, nº 03, maio de 2006.

PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e Localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias européias dos séculos XVI e XVII. Penélope, n.6, 1991, p.119-144.

RÉMOND, René (org). Por uma História Política. Rio de Janeiro: UFRJ – FGV, 1996.

RIBEIRO, Gladys Sabina. A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

Simpósio Temático: Dimensões, Políticas, Características e Ações do Patrimônio Cultural.

Coordenadores: Marcos Olender e Yussef Daibert Salomão

Resumo:

Pretendemos, com este Simpósio Temático, problematizar as relações do patrimônio cultural com a história e com a memória. Sabemos que a abordagem acadêmica de um tema interdisciplinar como este possibilita por um lado, uma ampla gama de possibilidades de pesquisa dentro do universo disciplinar da história e, por outro, uma necessidade constante de atualização dos seus agentes e pesquisadores. Neste sentido são pertinentes ao Simpósio todas as pesquisas que enfoquem tanto questões conceituais quanto de elaboração e aplicação de políticas, instrumentos de preservação e práticas visando a eleição e preservação deste patrimônio. São extremamente importantes, também, os trabalhos que estudem e identifiquem as diversas características culturais e históricas que caracterizam os grupos sociais e territórios que constituem as diversas cidades e regiões do nosso estado e do nosso país.

Objetivos:

- Reunir estudos que problematizem a relação entre patrimônio, história e memória,
- Mapear e fazer uma avaliação histórica das diversas políticas e práticas implementadas historicamente em nome da preservação do patrimônio cultural nos diversos territórios que constituem o nosso estado e o nosso país, bem como da criação e utilização dos instrumentos de proteção e gestão empregados para efetivá-las.
- Levantar e analisar as características culturais e históricas que auxiliaram na conformação e desenvolvimento dos diversos grupos sociais e territórios do nosso estado e do nosso país.
- Auxiliar na realização de um diagnóstico sobre a situação desta preservação nos dias de hoje, quando profissionais como o historiador se tornam cada vez mais fundamentais para garantir, ou questionar, a eficácia desta preservação.

Referências Bibliográficas:

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Companhia Letras, 2008. Cap.9 Censo, São Paulo: das Mapa, Museu p.256-280. ARANTES, Antônio Augusto (org.). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000. K. cultura. BHABHA, Homi 0 local da Belo Horizonte: UFMG, 2003. BALAKRISHAN, Gopal (org.) Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. BLOCH, Marc. Apologia da História ou o Ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. simbólico. Rio de Janeiro: BOURDIEU, Pierre. 0 Poder **Brtrand** Brasil. 2006. CANCLINI, A São Paulo: Iluminuras, 2007 Nestor. globalização imaginada. CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2002.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 3. Ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. CHUVA, Márcia. Os arquitetos da memória. A construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil – 1930-1950. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. FERREIRA, Maria Letícia Mazzuchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. Aurora,10 : 2011 www.pucsp.br/revistaaurora.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24; 1997. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. HUYSSEN, Andréas. Seduzidos pela Memória. Arquitetura, monumento e mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2006.

POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no ocidente. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

Simpósio Temático: Resistência e Repressão: Memórias Indígenas da Ditadura no Brasil

Coordenadores: Marcos Rodrigues Barreto; Elena Guimarães

Resumo:

O presente simpósio temático busca abrir espaço para trabalhos que abordem sobre o processo de construção discursiva de dominação da ditadura empresarial militar instaurada no Brasil a partir de 1964, e de suas ações repressivas, através das quais foram criados reformatórios, casas de tortura e centros de formação militar para grupos indígenas. Ateremo-nos às dinâmicas de resistência desenvolvidas atualmente para sobrevivência das memórias da militância e resistência política em face aos mecanismos de opressão de Estado. Destacamos a importância da percepção do conceito de justiça de transição, e das possibilidades de reparação simbólica. A partir de movimentos sociais que concebem uma cadeia de disputas, no que compete ao direito à memória - que podem ser sociais, políticas ou culturais - assim como da abertura dos arquivos, emergem novos testemunhos, sujeitos e histórias. Estes espaços, em que documentos e edificações de novos museus de consciência, locais onde antes funcionaram reformatórios, casas de tortura e centros de formação militar para grupos indígenas, serão pensados como "lugares de memória" (NORA, 1993, p.21-22). Reencontramos aqui sua função política, que é a de expor o outro lado, vivido por aqueles que sempre estiveram à margem do discurso oficial, bem como uma relação de poder simbólico (BOURDIEU, 1992) e de valores frente aos aparelhos discursivos detentores de hegemonia do período militar.

Objetivos:

Apresentação de debate de pesquisas que abordem, de um ponto de vista crítico, as políticas de Estado e a sua relação com os povos indígenas no período da ditadura militar. Serão privilegiadas as análises dos processos de repressão e construção discursiva, reforçados por ações da ditadura, e as dinâmicas de resistência destes povos, em resposta aos anos de violências, massacres, usurpações, expulsões e crimes contra a pessoa do índio. No contexto das Comissões da Verdade e do conceito de Justiça de Transição, serão suscitados debates acerca de medidas de reparação, assim como de mecanismos de não repetição, de reconhecimento público por parte do Estado e de seus agentes pelos crimes cometidos, reconhecendo direitos e garantias dos grupos ou povos afetados. O direito à Verdade e à Memória, através da efetiva apuração dos fatos, aliado ao amplo acesso aos documentos públicos, é fundamental neste processo.

Romper com a naturalização de determinadas narrativas é produzir a emergência de novas identidades. A afirmação identitária também tem sentido político, no plano das mediações simbólicas, em que a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa (RICOEUR, 2000, p.98). A narrativa oferece, desta forma, recursos de manipulação que são mobilizados pelo discurso da dominação e do poder, corroborado pelas narrativas oficiais.

Promover análises de como estas políticas se estruturam e o contexto em que atuam para podermos pensar a respeito da política de memória e as políticas públicas em relação às memórias de resistência dos povos indígenas. Lidamos com a importância da democratização do acesso à informação, no contexto do

projeto Memórias Reveladas⁴, da sanção da Lei de Acesso à Informação⁵ e da Comissão Nacional da Verdade⁶. A criação e difusão de lugares de memória daqueles que sempre estiveram à margem do poder.

É sabido que a subtração da liberdade ocorre na iniciativa de punir o individuo infrator, no entanto, as praticas de tortura, sendo este um crime inafiançável, integrou parte das políticas de ações diretas do Estado brasileiro, marcando a sociedade como um todo, inclusive a população indígena durante este processo. Evidentemente, este trabalho faz parte de representação política, já que a memória social é sempre uma dimensão política⁷. Averiguar os elementos contemporâneos que podem ser enquadrados como reflexos traumáticos provenientes do período da ditadura, e a que ponto, os mesmos possam influenciar a memória coletiva da sociedade, e individualmente para os indígenas envolvidos (HALBWACHS, 2004) dos diversos grupos étnicos, relegados ao esquecimento (ROSSI, 2010), e, até mesmo, pela negação de identidades. Trabalhos que indiquem a necessidade de salvaguardar os locais que serviram de centros de tortura do regime ditatorial brasileiro. É preciso, e este não é um ponto sem importância, que o sujeito da ação identifique no objeto a ser preservado algum valor. 8 Compreender que é admissível, reterritorializar espaços onde a violência deixou vestígios, por meio do uso pedagógico destes locais, para a luta pelos direitos humanos. Apresentar os processos de reterritorialização da memória coletiva por parte das Comissões da Verdade e dos Grupos Tortura Nunca Mais: por meio de coleta de vídeos e documentos do período ditatorial, coletando narrativas indígenas vitimas diretas e indiretas do espectro bárbaro da ditadura quanto as organizações para afirmação étnica indígena como parte integrante do patrimônio cultural.

Referências Bibliográficas:

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.197-221.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. O Atrevimento de Resistir (prefácio). In: CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida et alii. Deserdados: dimensões das desigualdades sociais. Rio de Janeiro: HP Comunicação Associados, 2007.

DAVIS, Shelton. Vítimas do Milagre. O desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DIJK, Teun A. van. Discurso e poder. São Paulo: Contexto, 2010.

⁴Portaria nº 204, de 13 de maio de 2009. Cria o "Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas", no âmbito do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República.

⁵Lei n° 12.5327, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

⁶Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

⁷MORAES, Nilson. Ibidem, p.92

⁸CHAGAS, Mario, Casas e portas da memória e do patrimônio, In GONDAR, Jô e DODEBEI, Vera, O que é Memória Social. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/PPGMS-UNIRIO, 2011. p.118

ROSSI, Paolo. O Passado, a Memória, o Esquecimento: seis ensaios da história das idéias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

Simpósio Temático: Elites e poderes locais no Brasil: origens, transformações e perspectivas (séculos XVI-XXI)

Coordenadores: Fernando V. Aguiar Ribeiro e Luiz Alberto Ornellas Rezende

Resumo:

Este simpósio pretende oferecer um local de debate para trabalhos que tratem da trajetória das elites locais e suas relações com as instituições locais ao longo da formação histórica brasileira. As propostas poderão contemplar os diferentes momentos da história brasileira, desde o período colonial em que se formaram e

consolidaram primeiras instituições e elites locais, passando pela independência política e pelo Império, quando cria-se outros poderes intermediários nas províncias, até os regimes republicanos e os regimes autoritários do século XX.

Objetivo:

Os poderes locais, enquanto objeto de análise, vive um momento de revisão historiográfica, seja através de estudos que trabalham com a análise das transformações da estrutura administrativa, seja através de estudos que privilegiam a análise das trajetórias de indivíduos ou grupos pertencentes às elites políticas e econômicas locais.

Esta renovação nos estudos dos poderes locais é tem sido vital para compreender melhor a formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, e tem ocorrido não só entre os historiadores que se dedicam ao estudo do período colonial, mas também entre os pesquisadores que trabalham com o período Imperial e com o período das Repúblicas e dos regimes autoritários (Estado Novo e Ditadura Militar).

O principal objetivo desse simpósio temático é contribuir para essa renovação, reunindo trabalhos cujas propostas tratem de histórias locais ou municipais, cujo foco seja a trajetória de indivíduos ou grupos locais, as transformações das instituições locais ou ainda a interação entre as elites locais e as instituições locais, seja no período colonial, imperial ou republicano. Os melhores trabalhos poderão compor um dossiê sobre o assunto na revista Escrita da História.

Referências Bibliográficas:

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Modos de governar: ideias e praticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005.

BOXER, Charles R. A idade de ouro do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRASILEIRO, Antônio M. O município como sistema político. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

CARVALHO, José Murilo de. "Estudos de poder local no Brasil." Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: UFMG, n. 26, 1969, pp. 231-247.

COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero. O poder Concelhio: das origens às cortes constituintes. Notas de História Social. 2ª Edição Revista. Coimbra: CEFA, 2008.

DOLHNIKOFF, Miriam. O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GOMES DA SILVA, Nuno Espinosa. História do direito português. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2011, 5ª edição.

HORTA, Raul Machado. "A posição do município no direito constitucional federal brasileiro," In: Revista de Informação Legislativa, Brasília, Senado Federal, n. 75, pp. 107-122, jul/set. 1982.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema: a formação do Estado imperial. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

RABAT, Marcio Nuno. "A Federação: centralização e descentralização do poder político no Brasil". In: Estudo, Consultoria Legislativa. Brasília: Câmara dos Deputados, Agosto/2002.

RICUPERO, Rodrigo. A formação da elite colonial, Brasil, c. 1530 – c. 1630. São Paulo: Alameda, 2008.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Portuguese Society in the Tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800.Madison & Milwaukee: University of Wisconsin Press, 1965.

SLEMIAN, Andréa. "Delegados do chefe da Nação": a função dos presidentes de província na formação do Império do Brasil (1823-1834). In: Almanack Brasiliense, n°6, novembro de 2007, p.20-38.

SOUSA, Avanete Pereira. Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII). Tese de Doutorado em História Econômica, FFLCH-USP. São Paulo, 2003.

TRISTÃO, José Américo Martelli, A Administração Tributária dos Municípios Brasileiros: uma avaliação do desempenho da arrecadação. São Paulo: EAESP/FGV, 2003. 172 p. Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? Cadernos IPPUR, ano XV, n.2, ago-dez, 2001 - ano XVI, n.1, jan-jul 2002, pp. 13-32.

ZENHA, Edmundo. O município no Brasil. São Paulo: IPE,1948.

Simpósio Temático: História da Educação e a ideologia, os projetos e ações educacionais da Ditadura Civil-Militar Brasileira de 1964/1985.

Coordenador: André Luiz Reis Mattos

Resumo:

A proposição do Simpósio Temático "História da Educação e a ideologia, os projetos e ações educacionais da Ditadura Civil-Militar Brasileira de 1964/1985" visa possibilitar o debate sobre as produções no campo da História da Educação que abarcam o período histórico brasileiro onde o ideário autoritário reproduz experiências educacionais, sociais, políticas e culturais concentradas nas decisões de um Estado ditatorial, distanciado dos pensamentos liberais e democráticos, revisitadas atualmente nos debates, estudos e projetos, desenvolvidos pela "passagem" dos 50 anos do Golpe de 64. A História da Educação como Campo Historiográfico "amplia a memória e a experiência, o leque de escolhas e de possibilidades pedagógicas, o que permite um alargamento do repertório dos educadores e lhes fornece uma visão de extrema diversidade das instituições escolares no passado. Para além disso, revela que a educação não é um "destino", mas uma construção social, o que renova o sentido da ação quotidiana de cada educador." Prof. Antônio Nóvoa.

As características deste período deixaram profundas cicatrizes em nossas instituições de ensino, com comprometimentos nas atuais ações pedagógicas, merecedoras de mais e novas pesquisas e debates.

Objetivo:

O Prof^o Dr^o Gilmário Moreira Brito afirmou que "a História da Educação enquanto Campo Historiográfico vem crescendo no Brasil nas duas últimas décadas. Evidências deste processo é a consolidação das associações voltadas a esta temática/campo como a SBHE, que comemorou 12 anos de

fundação com a edição do VII Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHEU), em Cuiabá, MT, em maio de 2013; e efetuará a edição do X Congresso Luso Brasileiro de História da Educação (COLUBHE), em agosto de 2014, na PUC/Paraná, com 1400 inscritos somente para apresentação de trabalhos." O objetivo desta proposta de mesa temática é disponibilizar um espaço de encontro de pesquisadores e estudiosos da História da Educação em suas múltiplas vertentes, esperando agregar trabalhos e projetos que examinem a questão educacional no Brasil sob a ditadura civil-militar (1964-1985) e seus efeitos ainda sentidos na contemporaneidade. Paulo Ghiraldelli Jr escreveu que o processo histórico deste simpósio "foi pautado em termos educacionais pela repressão, privatização do ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional"; entre estas, as reformas do ensino universitário (Lei 5.540/68) e do ensino médio (Lei 5.692/71). É neste contexto também que encontramos os acordos articulados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agency for International Development (USAID) americana.

Sintonizado com o tema proposto pela organização da XXXI Semana de História da UFJF, este simpósio permite a abordagem de temáticas várias dentro do campo da História da Educação, que abarquem as ideias e os pensamentos pedagógicos, as instituições escolares, os agentes educacionais, as ações e processos autoritários, biografias e memórias, entre outros, viabilizando um amplo diálogo, debate e troca de informações.

Bibliografia:

SANTOS, Lincoln de Araújo Santos. Entre a Utopia e o Labirinto – Democracia e autoritarismo no pensamento educacional brasileiro dos anos 1980. FAPERJ. Quartel Editora, Rio de Janeiro, 2011.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. História da Educação Brasileira: Leituras. Thomson. São Paulo, 2007.

JUNIOR, Paulo Guiraldelli. História da Educação Brasileira. Cortez Editora. São Paula, 4ª edição, 2ª reimpressão, 2013.

Simpósio Temático: História e Linguagens Políticas

Coordenadores: Daniel Eveling da Silva; Vítor Fonseca Figueiredo

Resumo e objetivo:

A proposta desse simpósio é reunir diferentes trabalhos que abordem a questão das linguagens políticas e a sua inserção no métier do historiador. Busca-se, dessa forma, uma interdisciplinaridade que aproxime, em especial, o campo da História Política, da Literária e dos Conceitos. Nos últimos tempos, a interação destas áreas tem possibilitado a construção de ricas análises capazes de perscrutar, por meio de fontes históricas (documentos, correspondências, memórias e livros), a influência de múltiplas formas de expressão da política e de culturas políticas. Estas fontes possibilitam aos pesquisadores a percepção das opções e vertentes políticas assumidas, ao longo dos tempos, por diferentes indivíduos e grupos.

Nesse sentido, autores como Johan Pocock, Reinhardt Koselleck, Quentin Skinner, Carlo Ginzburg, Dominick La Capra, entre outros, podem ser abordados para a constituição de problemáticas sobre a política, a cultura e sobre Culturas Políticas. Esta última, inclusive, pode ser entendida conforme a definição do historiador Serge Berstein, para quem "[...] o termo [...] durante muito tempo reservado às elites capazes de formular claramente a ideologia, passou a ser aplicado à massa daqueles que têm opiniões políticas, qualquer que seja seu nível cultural, e ainda que não estejam em condição de sustentar uma discussão teórica." (BERSTEIN, 2003. p.88)

Portanto, a política conforme as abordagens da chamada Nova História Política, necessariamente não fica confinada aos círculos das elites econômica, política ou intelectual, ela é expressa, inclusive, no cotidiano das pessoas mais simples. Cabe ao historiador, perceber o modo como os indivíduos a vivem e a expressam. Sendo assim, não é em vão que da preocupação destes autores com as várias maneiras de abordar a história e o fazer histórico surja o cruzamento de dados e pontos de vista que levem em consideração escolhas e comportamentos.

Com base nestas interpretações, pretendemos contribuir com um debate para o estudo da linguagem política dos indivíduos, expressas em suas obras e documentos, bem como em seus comportamentos. Dessa maneira são bem vindos trabalhos que abordem as diferentes expressões e constituições da política como: identidades, Culturas Políticas, trajetórias, entre outros.

Referências:
BERSTEIN, Serge. "Os partidos". In: RÉMOND, René (Org.) Por uma história política. 2 ed. Rio de
Janeiro: FGV, 2003.
GINZBURG, Carlo. Medo, Reverência, Terror: Quatro ensaios de Iconografia Política. São Paulo: Cia das
Letras, 2014.
Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez. In.: Relação de Força: História, Retórica,
Prova. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro:
Editora PUC-Rio/Contraponto, 2006.
historia/ Historia Madrid: Minima Trota, 2004.
Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos: Estudos Históricos. Rio de
Janeiro, v. 5. nº 10, 1992.
LACAPRA, Dominick. History, Politics and the Novel: Nova Iorque: Cornell University Press, 1989.
Repensar la historia intelectual y leer textos In: PALTI, Elías José. Giro Lingüístico e
história intelectual. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998
POCOCK, J.G.A. O conceito de linguagem e o métier d'historien: algumas considerações sobre a prática.
In.: Linguagens do ideário político. Tradução de: Fábio Fernadez. São Paulo: EDUSP, 2003.

Simpósio Temático: Monoteísmos e Contemporaneidade: Diálogos entre Judaísmo, Islamismo e Cristianismo

Coordenadorees: Edylane Eiterer; Roberto Dutra Nogueira

Resumo:

Judeus, cristãos e muçulmanos possuem mais em comum do que imaginamos e suas interações são cada vez mais perceptíveis através dos meios de comunicação no mundo contemporâneo.

Para além de serem religiões monoteístas, elas são fatores importantes nas sociedades tanto do ponto de vista de suas práticas religiosas quanto como elementos consolidantes de identidades por meio de suas manifestações culturais.

Uma ampla discussão é necessária para aproximarmos essas três realidades e entendermos não só as suas origens, mas também suas organizações e estruturas religiosas, culturais e sociais, que permeiam os Estados, as relações internacionais, a música, a literatura, a arte e a (con)vivência entre elas.

Um dos aspectos que afetam a relação entre esses três monoteísmos é a temporalidade. Eles são contemporâneos, mas na sua essência não o é. Em tese, pode-se compreender que o islamismo, por ser mais recente, apresenta a forma acabada do monoteísmo, mas tanto para o judaísmo, quanto para o cristianismo a Revelação e o cânon das Escrituras foram considerados fechados antes mesmo do aparecimento do islamismo, que desde então, se torna para eles enigmático.

Um simpósio temático que se propõe a trabalhar com as três maiores religiões do mundo e estabelecer diálogos entre elas e a contemporaneidade traz em sua essência assuntos que tangem a construção da identidade, a cultura, a religião e todas as suas formas de expressão e apresentação, prezando a diversidade, consciente de que se tratam de grupos complexos e influentes.

Nossa proposta é reunir e discutir trabalhos que sejam construídos na análise de cada uma das religiões e/ou em suas interseções e diálogos, propiciando um espaço para que pesquisadores interessados em compreender as relações contemporâneas pautadas nelas possam crescer juntos e construir novos saberes e percepções sobre cada um dos grupos.

Objetivos

Considerando que ainda temos poucos espaços reservados para as discussões sobre as inter-relações entre judaísmo, islamismo e cristianismo, objetivamos:

- Reunir e apresentar novos estudos sobre os grupos monoteístas;
- Reunir e apresentar trabalhos que busquem as inter-relações entre as religiões;
- Criar um núcleo de estudos que possa produzir novos trabalhos.

Referências Bibliográficas

ALCORÃO Sagrado. Versão portuguesa do árabe por Samir El Hayek. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1980.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. Violência e religião: cristianismo, islamismo, judaísmo: três religiões em confronto e diálogo. São Paulo: Loyola, 2001.

BRÖTTRICH, Christfried. Abraão no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. São Paulo: Loyola, 2013.

COSTA, Ricardo. PARDO PASTOR, Jordi. Ramon Llull (1232-1316) e o diálogo inter-religioso. Cristãos, judeus e muçulmanos na cultura ibérica medieval: O Livro do gentio e dos três sábios e a Vikuah de Nahmânides. Disponível em: < http://www.ricardocosta.com/artigo/ramon-llull-1232-1316-e-o-dialogo-inter-religioso-cristaos-judeus-e-muculmanos-na-cultura> acesso em, 15 de junho de 2014.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 43. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. Cap. III: O colonizador português: antecedentes e predisposições.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1989.

GNILKA, Joachim. Bíblia e Alcorão: o que os une, o que os separa. São Paulo: Loyola, 2006.

GIORDANO, Mário Curtis. História do mundo árabe medieval. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HINNELLS, John R. Dicionário das religiões. Trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1984.

LA PLANTINE, Francois. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LEWIS, Bernard. Judeus do Islã. Rio de Janeiro: Xenon Ed., 1990, p. 67-101;
Islam and the West. 1994.
O Médio Oriente e o Ocidente. O que ocorreu mal? Lisboa: Gradiva, 2003.
The Middle East: a brief history of the last 2,000 years. 1995.
The Crisis of Islam: Holy War and Unholy Terror. Random House, 2004.

MCCURRY, Don. Passos para a eternidade: Jesus do Alcorão à Bíblia. Foz do Iguaçu: Letras, 2013.

MENOCAL, María Rosa. O ornamento do mundo. Como muçulmanos, judeus e cristãos criaram uma cultura de tolerância na Espanha medieval, p. 109-118.

MEZINE, Abdel Majid. A dinâmica do pensamento muçulmano. In: Correio da Unesco: Rio de Janeiro, a.9, n. 10-11, p.57-58, out/nov. 1981.

MIES, Françoise et al. Bíblia e religiões: judaísmo, cristianismo, islamismo. São Paulo: Loyola, 2009.

PINTO, Paulo Gabriel H. da R. Islã: religião e civilização: uma abordagem antropológica. Aparecida: Editora Santuário, 2010.

SAFLATE, Vladimir. Democracia e religião: o Ocidente bloqueou campo político no Oriente Médio e facilitou a ascensão dos fundamentalismos. In: Revista Cult. São Paulo: Editora Bregantini, a.14, n.156, p.46, abr. 2011.

SAID. Edwad. W. Orientalismo. O Orientalismo como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

SMITH, Dan. O atlas do Oriente Médio: conflitos e soluções. São Paulo: Publifolha, 2008.

SWARTLEY, Keith E. Descobrindo o mundo do islã. Curitiba: Esperança: 2013.

Simpósio Temático: Intelectuais, Culturas políticas autoritárias e a escrita da História.

Coordenadores: Felipe Araujo; Pedro Ivo Tanagino

Resumo:

O início do século XX foi permeado por um contexto de incertezas econômicas e tensões sociais e políticas. Com a crise dos governos democráticos e os desdobramentos da Revolução Russa, surgiram diversos movimentos e regimes nacionalistas que, com seus discursos e políticas culturais, conseguiram inflamar os sentidos de paixão e fanatismo, onde a política adquiriu "Pathos religioso" e a nação se converteu em uma espécie de divindade do mundo moderno, deixando de direcionar-se para o passado e movendo sua perspectiva para o futuro, como uma espécie de "porvir" necessário e natural.

Perante isto, este simpósio pretende reunir pesquisadores com interesses voltados para o campo das culturas políticas autoritárias e nacionalistas no período entreguerras (1914-1945) e seus desdobramentos, enfatizando o papel político dos intelectuais enquanto grupos voltados para a organização da cultura e a escrita da História como forma de justificar seus projetos políticos autoritários nacionalistas.

Objetivo:

O simpósio tem sua proposta concentrada na discussão sobre a ação dos governos autoritários e de seus intelectuais em sua tentativa de escrita da História, unindo questões sobre Teoria da História, História da Historiografia, paradigmas científicos, metodologias e fontes.

Bibliografia:

Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

AZZI, Riolando. A Cristandade Colonial: mito e ideologia. Petrópolis: Vozes, 1987.

BEIRED, José Luiz Bendicho. Sob o Signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Loyola, 1999.

CACCIATORE, Giuseppe, CANTILLO, Giuseppe, LISSA, Giuseppe. Lo storicismo e la sua storia. Temi problemi e prospettive. Ângelo Guerini e associati, Milano, 1997.

problemi e prospettive. Angelo Guerini e associati, Milano, 1997.
CANTIMORI, Delio. Storici e storia. Giulio Einaudi editore, Torino, 1971.
Politica e storia contemporanea. Torino: Einaudi, 1991.
CASSIRER, Ernst. Linguagem e Mito. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
O Mito do Estado. São Paulo: Códex. 2003.
CEFAÏ, Daniel. Cultures Politiques. Paris: PUF, 2001.
CROCE, Bendetto. Teoria e storia della storiografia. Settima edizione. Bari: Laterza, 1954.
DE FELICE, Renzo. Mussolini l'alleato. La guerra civile 1943-1945. Giulio Einaudi editore, Torino, 1998.
Intellettuali di fronte al fascismo. Saggi e note documentarie. Bonacci editore, Roma, 1985.
Il fascismo. Le interpretazione dei contemporanei e degli storici. Laterza, Roma-Bari, 1998.
DUTRA, Eliana. O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ,

GENTILE, Emilio; DE FELICE, Renzo. A Itália de Mussolini e a origem do fascismo. Tradução de Fátima Conceição Murad. São Paulo: Ícone, 1988.

GIRARDET. Rauol. Mitos e Mitologias políticas. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a Organização da Cultura. 4º edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1982.

_____. Cadernos do Cárcere. 4º edição, Civilização Brasileira, Rio DE janeiro, 2006.

HOEPKE, Klaus-Peter. La destra tedesca e il fascismo. Società editrice Mulino, Bologna, 1971.

HOBSBAWM, Eric J. Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Tradução Maria Célia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HUIZINGA, Johan. Nas sombras do amanhã. Coimbra: Armênio Amado Editor, 1944.

_____. El concepto de la historia y otros ensayos. Cap: Problemas de Historia de la cultura. Ed. 1946. México.

KEAGI, Werner. Meditazioni storiche. Presentazione di Delio Cantimori. Bari, Editori Laterza, 1960.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

MARTINS, Maro Lara. Entre americanos e ibéricos: teoria social na Primeira República brasileira. In: Política e Sociedade. v.9, n° 17, outubro de 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A Questão Nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Introdução. In: _____. (org.); GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATALY, Maria

Celina. Elite intelectual e debate político nos anos 30. Rio de Janeiro/Brasília: FGV/INL, 1980, p. 31-60.

PARLATO, Giuseppe. La sinistra fascista: storia di un progetto mancato. Il mulino, Bologna, 2000.

PINTO, António Costa. Fascism: a "revolutionary right" in interwar Europe. In: ATKIN, Nicholas; BIDDISS, Michael. Themes in modern European history, 1890-1945. Nova York: Routledge, 2009, p. 215-242.

RANKE; Leopold Von. As Grandes Potências. In: HOLANDA; Sergio Buarque de. L. Von Ranke. História. São Paulo. Ática.

SOREL, Georges. Scritti politici e filosofici. . Sansoni, Firenze, 1975.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. "É Preciso Crer": Contribuição para uma história do conceito de Homem Integral segundo a doutrina de Plínio Salgado (1932-1937). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2013.